

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.505.285 - RJ (2014/0298619-2)

AGRAVANTE : MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR : VANICE LÍRIO DO VALLE E OUTRO(S) - RJ113454
AGRAVADO : PAULINO CAMPOS FERNANDAS BASTOS
AGRAVADO : FERNANDA RODRIGUES DOS SANTOS FERNANDES BASTO
AGRAVADO : AUGUSTO ANGELO VIANNA PECLY
AGRAVADO : MARTHA RONCHI PECLY
AGRAVADO : EDUARDO JORGE CHAME SAAD
AGRAVADO : LÍDIA PANZERA SAAD
AGRAVADO : PAULA BEZERRA RODRIGUES DOS SANTOS E JUNQUEIRA
AGRAVADO : AVIZ ADMINISTRADORA DE BENS E PARTICIPAÇÕES S/A
ADVOGADOS : PAULO CÉZAR PINHEIRO CARNEIRO - RJ020200
PAULO CEZAR PINHEIRO CARNEIRO FILHO - RJ109242
GABRIEL DE OLIVEIRA MATHIAS E OUTRO(S) - RJ148390

DECISÃO

Na origem, trata-se de embargos à execução de título judicial relativo à desapropriação, com valor da causa fixado em R\$ 257.077.860,78 (duzentos e cinquenta e sete milhões, setenta e sete mil e oitocentos e sessenta reais e setenta e oito centavos). Na sentença, julgaram-se procedentes os embargos à execução.

No TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, a sentença foi inicialmente reformada em julgamento por maioria e, posteriormente, em julgamento de embargos infringentes, manteve-se a reforma da sentença, conforme a seguinte ementa do acórdão:

EMBARGOS INFRINGENTES. AÇÃO INDENIZATÓRIA. DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA. LAUDO PERICIAL QUE ESTABELECE TRÊS POSSÍVEIS VALORES DE INDENIZAÇÃO. DETERMINAÇÃO DO STJ NO SENTIDO DE QUE O LAUDO SEJA ADOTADO PARA FIXAÇÃO DO VALOR DEVIDO. EXECUÇÃO PROMOVIDA PELO CREDOR, QUE ESCOLHE O MENOR ENTRE OS TRÊS VALORES APONTADOS NO LAUDO. DESNECESSIDADE DE LIQUIDAÇÃO DO JULGADO COM A REALIZAÇÃO DE NOVA PERÍCIA. QUESTÃO RELATIVA AOS JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA QUE NÃO AFASTA A LIQUIDEZ DO TÍTULO. ACERTO DO VOTO VENCEDOR. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Interposto recurso especial, determinou-se que se aguardasse o julgamento da ação rescisória n. 4486/RJ (fl. 674).

A execução, de que cuidam os embargos à execução, que deram origem ao acórdão recorrido, tem como título executivo, a decisão proferida nos autos do processo 1990.001.121944-5, que condenou o Município do Rio de Janeiro ao pagamento de indenização no valor de R\$ 257.077.860,78 pela desapropriação indireta de três terrenos.

O título executivo judicial perfectibilizou-se após o julgamento do REsp nº 750.988/RJ e dos subsequentes embargos de divergência, estes rejeitados liminarmente. O acórdão do STJ ficou assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. LIMITAÇÃO ADMINISTRATIVA. ÁREA NON AEDIFICANDI. INDENIZAÇÃO FIXADA PELOS CRITÉRIOS DE EXPERIÊNCIA DO JUÍZO. ARTS. 436 E 335, DO CPC. IMPOSSIBILIDADE. LAUDO PERICIAL TECNICAMENTE INSUFICIENTE. INOBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NO ART. 27, DO DECRETO-LEI N.º 3.365/41. NULIDADE DA PERÍCIA E DOS ATOS SUBSEQÜENTES.

1. O juiz, na aferição da indenização ao proprietário pelo esvaziamento da utilidade da propriedade pelo Poder Público deve obedecer o disposto no art. 27, do Decreto-lei n.º 3.365/41, verbis: "O juiz indicará na sentença os fatos que motivaram o seu convencimento e deverá atender, especialmente, à estimação dos bens para efeitos fiscais; ao preço de aquisição o interesse que deles aufera o proprietário; à sua situação, estado de conservação e segurança; ao valor venal dos da mesma espécie, nos últimos 5 (cinco) anos, à valorização ou depreciação de área remanescente, pertencente ao réu. (...)".

2. Acórdão que adotou o valor aleatoriamente sugerido pelo Ministério Público Estadual para fins de indenização pela criação de limitação administrativa, consistente na expedição de Decreto Municipal que considerou área de propriedade dos recorrentes como *non aedificandi*, desprezando o disposto no art. 27, do Decreto-lei n.º 3.365/41.

3. A análise da justa indenização, em sede de recurso especial, somente é cabível quando o exame de prova pericial ou do quantum indenizatório se referir à qualificação jurídica dos fatos (REsp 196456/SP, Rel. Min. Franciulli Netto, 2ª Turma, DJ de 11.03.2002).

3. In casu, a irresignação dos recorrentes cinge-se ao fato de que, o Tribunal a quo, ao fundamentar-se no art. 27, do Decreto-lei n.º 3.365/41, sob o argumento de que o perito não poderia ter fixado a indenização em moeda estrangeira, fez letra morta de referido preceito, uma vez que a estimativa pericial foi afastada sem qualquer motivação, o que não revela exame de matéria de conteúdo fático.

4. O juiz não está adstrito ao laudo pericial, consoante do disposto no art. 436, do CPC, "podendo formar a sua convicção com outros elementos ou fatos provados nos autos." Não obstante, as regras de experiência não podem ser aplicadas pelo julgador quando a solução da lide demandar conhecimentos técnicos sobre o tema, conforme dicção o art. 335, do CPC, verbis: "Em falta de normas jurídicas particulares, o juiz aplicará as regras de experiência comum subministradas pela observação do que ordinariamente acontece e ainda as regras da experiência técnica, ressalvado, quanto a esta, o exame pericial."

5. Consectariamente, acaso o juiz entendesse pelo desacerto do laudo pericial oficial que fixou a indenização devida aos demandantes ante a imposição de limitação administrativa que considerou a área de que são titulares do domínio como non aedificandi, caberia a ele determinar a realização de nova perícia.

6. "É verdade que o juiz não está adstrito ao laudo pericial, podendo formar sua convicção com outros elementos ou fatos provados nos autos (art. 436 do CPC). Não é menos verdade, entretanto, que o laudo, sendo um parecer dos técnicos que levaram a efeito a perícia, é peça de fundamental importância para o estabelecimento daquela convicção. (José Carlos de Moraes Salles, in A Desapropriação à Luz da Doutrina e da Jurisprudência, 5ª ed. Editora Revista dos Tribunais, p- 329-332) 6. Deveras, é cediço na Corte que: "Sem aprisionamento a justiça, ou não, da avaliação, a valoração do laudo questionado demonstrando sua insuficiência para a fixação do justo preço, torna-se necessária a renovação da prova técnica." (RESP 59.527/MG, publicado no DJ de 02.08.1996).

7. Recurso especial provido para anular o acórdão e determinar a observância do art. 27, do Decreto-lei n.º 3.365/41, com a indicação de um dos laudos produzidos nos autos, cuja escolha deve ser motivada, restando prejudicadas as demais matérias suscitadas no recurso sub examine.

(REsp 750.988/RJ, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/08/2006, DJ 25/09/2006, p. 236).

Posteriormente, ao julgar a ação rescisória n. 4486/RJ, ajuizada pelo Município do Rio de Janeiro, esta Corte decidiu desconstituir "o acórdão rescindendo (REsp 750.988/RJ), para anular a perícia original e os atos processuais posteriores, determinando-se nova realização desta prova técnica pelo juízo de primeiro grau". O acórdão proferido na ação rescisória transitou em julgado em 26/10/2016.

Em consideração ao decidido na ação rescisória, julgou-se prejudicado o recurso especial, com a perda superveniente do objeto da execução (fl. 682).

Interposto agravo interno, alega a parte agravante que devem ser fixados os ônus da sucumbência, conforme o seguinte trecho da petição de agravo interno (fl. 689):

5. Em sendo certo que o Município foi compelido ao ajuizamento dos aludidos embargos à execução, em virtude da ilegitimidade do título judicial executado pelos recorridos, impõe-se a extinção do respectivo processo em tela, ante a perda superveniente do objeto da ação de embargos à execução, com a condenação dos recorridos ao pagamento das verbas de sucumbência.

6. A jurisprudência dominante desse Colendo Superior Tribunal de Justiça, com fundamento no princípio da causalidade, é firme quanto ao cabimento da condenação ao pagamento das verbas de sucumbência da parte que causa a instauração do processo cuja extinção é decretada em razão da perda superveniente do objeto da ação.

Intimada, a parte agravada apresentou impugnação em que sustenta que nenhuma das partes deu causa ao processo e que, caso se

considere que a parte agravada teria dado causa ao processo, que sejam fixados os honorários no mesmo valor fixado na ação rescisória.

É o relatório. Decido.

Diante das razões trazidas pela parte agravante, há se integrar a decisão recorrida com os fundamentos a seguir.

Da análise dos autos, denota-se que a sentença de primeiro grau dos embargos do devedor condenou os embargados ao pagamento dos honorários advocatícios arbitrados em 5% (cinco por cento) do valor da causa (R\$ 257.077.860,78) em favor do embargante Município do Rio de Janeiro (fl. 94).

Julgado o recurso de apelação dessa sentença e os embargos de declaração dele decorrentes, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro suprimiu a condenação dos honorários advocatícios, nos seguintes termos (fls. 336/337):

Dois são os Embargos de Declaração. O primeiro visando suprir omissão quanto aos ônus sucumbenciais. [...]

Como se mostrará, ambos deverão ser conhecidos, mas desprovidos. Com efeito.

Quanto ao primeiro, importante ver que a decisão de segundo grau anulou a sentença e determinou o prosseguimento do feito.

Ou seja, não ocorreu uma decisão terminativa, que estabelecesse o fim do processo. Ao contrário, determinou-se o continuar do processo, não se sabendo, ainda, se os apelantes terão êxito final, ou se o apelado terá, em maior monta, na parte que falta ser decidida, ganho em suas teses.

Logo, descabe falar em honorários.

Inconformado com o julgamento dos embargos do devedor, o embargante/executado, Município do Rio de Janeiro, apresentou o recurso especial (fls. 535/558) que foi inadmitido na origem. Apresentado o recurso de agravo em recurso especial, no âmbito deste Superior Tribunal de Justiça, ele foi convertido em recurso especial (fls. 661/662).

Antes, porém, do julgamento do recurso especial, noticiou-se o trânsito em julgado do acórdão de procedência do pedido contido na ação rescisória n. 4.486/RJ que tramitou perante a Primeira Seção desta Corte.

Em face desse respeitável julgamento, portanto, rescindiu-se o título executivo judicial e determinou-se o retorno dos autos de desapropriação indireta e indenização a primeira instância para realização de novas perícias. Na ação rescisória, os honorários advocatícios em favor do Município do Rio de Janeiro foram fixados em R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Veja-se o dispositivo do respeitável acórdão (fl. 2191):

Ante o exposto, julgo procedente em parte a presente ação rescisória para desconstituir o acórdão rescindendo (REsp 750.988/RJ), anulando a perícia original e os atos processuais posteriores, com consequente retorno dos

autos à primeira instância para realização de nova prova técnica por aquele Juízo.

Fixo honorários sucumbenciais em R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em favor da parte autora.

Desconstituído o título executivo judicial, a execução, e os embargos do devedor, também o recurso especial, pendente de julgamento, perde objeto. Situação que implica efetivamente na extinção dos processos e também do recurso.

Nesse sentido:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E CONSTITUCIONAL. MANDADO DE SEGURANÇA. AÇÃO DE RECONHECIMENTO, DISSOLUÇÃO E PARTILHA DE BENS DE SOCIEDADE DE FATO C/C PERDAS E DANOS. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO DOS SÓCIOS. NULIDADE. POSTERIOR PROCEDÊNCIA DE AÇÃO RESCISÓRIA QUE RECONHECEU A NULIDADE SURGIDA NO FEITO ORIGINÁRIO E DESCONSTITUIU A SENTENÇA RESCINDENDA. PERDA DE OBJETO DO RECURSO CONSTITUCIONAL.

1. Tendo havido a superveniente procedência da ação rescisória, que buscava desconstituir a sentença proferida em ação de reconhecimento e dissolução de sociedade de fato, em face da ausência de citação dos sócios, e sendo esse o fim almejado por este recurso, deve ser reconhecida a perda de objeto do recurso constitucional.

2. Recurso ordinário que se julga prejudicado.

(RMS 20.583/SP, Rel. Ministro HONILDO AMARAL DE MELLO CASTRO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/AP), QUARTA TURMA, julgado em 15/06/2010, DJe 01/07/2010)

RECURSO ESPECIAL. OFENSA GENÉRICA À LEI. SÚMULA N. 284/STF. AÇÃO RESCISÓRIA. CORREÇÃO MONETÁRIA. VINCULAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO. VEDAÇÃO. LEI N. 6.205/75. RESCISÃO. NOVO JULGAMENTO. NECESSIDADE.

1. "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

2. É vedada a utilização do salário mínimo como indexador para que se proceda ao reajuste ou a atualização do poder aquisitivo da moeda, apesar de ser autorizada como quantificador do montante indenizatório.

3. No julgamento da ação rescisória, procede-se à rescisão da decisão impugnada (judicium rescindens) e, em seguida, realiza-se novo julgamento da matéria que fora objeto da rescisão (judicium rescissorium). A exceção a essa regra dá-se nos casos dos incisos I, II e IV do artigo 485 do CPC, situações nas quais ou se desconstituirá a sentença impugnada, ou se anulará toda a instrução para que seja renovado o feito.

4. Recurso especial conhecido em parte e provido.

(REsp 869.049/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 18/02/2010, DJe 01/03/2010)

Relativamente às verbas de sucumbência, em face da

aplicabilidade do princípio da causalidade, em regra, elas devem ser atribuídas efetivamente a quem deu causa à propositura da demanda que agora perdeu o seu objeto.

No presente caso, entretanto, a execução e os embargos do devedor perderam o objeto em função da procedência de pedido em ação rescisória manejada pelo executado em face dos exequentes.

Como bem afirmam os ora agravados (exequentes no processo de execução e embargados no processo de embargos do devedor), no momento da instauração da execução, eles contavam com um título executivo judicial decorrente de sentença condenatória, a qual só foi desconstituída, posteriormente, com o julgamento da respectiva ação rescisória.

Não foram eles, assim, quem deram causa à perda do objeto do processo de execução e de embargos do devedor, motivo pelo qual não podem, agora, arcar com os ônus da sucumbência decorrentes da consequente extinção dos processos.

Mas não é só. Em função de ter obtido a desconstituição da sentença condenatória da qual decorreu o título executivo judicial, no âmbito da ação rescisória, o executado e embargante, Município do Rio de Janeiro, já obteve honorários advocatícios de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), compatível, inclusive, com o valor da causa a que ele próprio atribuiu à demanda rescisória, ou seja, R\$ 104.886,15 (cento e quatro mil, oitocentos e oitenta e seis reais e quinze centavos).

Há se ressaltar, ainda, que não foram os embargos do devedor apresentados pelo Município do Rio de Janeiro que deram causa à extinção da execução proposta pelos ora agravados. Como se pode notar, o que deu causa à perda de objeto da execução, dos próprios embargos do devedor e do recurso especial nele apresentado, foi o julgamento da ação rescisória, no âmbito da qual o mencionado Município já foi agraciado com verba honorária.

A propósito desse tema, veja-se o seguinte precedente desta Corte Superior:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL. RECURSO INTEGRATIVO RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL. DESCONSTITUIÇÃO DO TÍTULO EXECUTIVO POR FORÇA DE AÇÃO RESCISÓRIA. OMISSÃO DO ÓRGÃO JULGADOR A QUO SOBRE FATO RELEVANTE À SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIA ATINENTE À VERBA DE SUCUMBÊNCIA. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC CARACTERIZADA.

1. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental.

2. A decisão embargada reconheceu a violação do art. 535 do CPC, porquanto o Tribunal de origem se recusou a manifestar-se sobre fato relevante à solução da controvérsia, qual seja, os motivos pelos quais serviriam ou não à pretensão da embargante a petição de extinção do processo executivo. É que, se a exceção de pré-executividade fora desnecessária à

extinção da execução, não haverá motivo para a condenação do exequente à verba de sucumbência, uma vez que o fato resultante da extinção não pode ser atribuído ao BACEN (v.g.: REsp 98.742/SP, Rel. Ministro Adhemar Maciel, Segunda Turma, DJ 23/06/1997; REsp 53.876/SP, Rel. Ministro Cesar Asfor Rocha, Primeira Turma, DJ 21/11/1994).

3. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, ao qual se nega provimento.

(EDcl no REsp 1393294/DF, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, j. em 03/09/2015, DJe 15/09/2015)

Ante o exposto, nos termos do art. 259 do RI/STJ, reconsidero a decisão recorrida para determinar a extinção dos processos de execução e de embargos do devedor e da via do recurso especial pela perda superveniente do objeto, sem a fixação de honorários advocatícios.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 27 de junho de 2017.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator